01/07/2024

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 64.445 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
EMBTE.(S) : **ADILSON BATTAGIN JUNIOR**
ADV.(A/S) : **JEFFERSON MORAIS DOS SANTOS JUNIOR**
EMBDO.(A/S) : **CELISTICS BARUERI TRANSPORTADORA LTDA. E OUTRO(A/S)**
ADV.(A/S) : **RICARDO SOUZA CALCINI**
INTDO.(A/S) : **JUÍZA DO TRABALHO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE BARUERI**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

Embargos de declaração no agravo regimental na reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. 4. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização do trabalho. 5. Aderência estrita do ato reclamado com o paradigma indicado. Autoridade reclamada violou o entendimento firmado na ADPF 324. 6. Diretor estatutário. Vulnerabilidade ou coação não demonstradas. 7. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material. 8. Impossibilidade de atribuição de efeitos infringentes. 9. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Brasília, Sessão Virtual de 21 a 28 de junho 2024.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente

01/07/2024

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 64.445 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
EMBTE.(S) : **ADILSON BATTAGIN JUNIOR**
ADV.(A/S) : **JEFFERSON MORAIS DOS SANTOS JUNIOR**
EMBDO.(A/S) : **CELISTICS BARUERI TRANSPORTADORA LTDA. E OUTRO(A/S)**
ADV.(A/S) : **RICARDO SOUZA CALCINI**
INTDO.(A/S) : **JUÍZA DO TRABALHO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE BARUERI**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Trata-se de embargos de declaração opostos em face de acórdão proferido por esta Turma, que deu provimento ao agravo regimental para julgar procedente na reclamação constitucional, nos termos da seguinte ementa (eDOC 58, ID 5c255478):

“Agravo Regimental na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. 4. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização do trabalho. 5. Violação ao entendimento firmado na ADPF 324. 6. Reclamação julgada procedente. 7. Agravo regimental provido”. (eDOC 37 - ID: b702995c)

Nas razões recursais (eDOC 38, ID: 6b4e5191), o embargante, beneficiário do ato reclamado, defende, em síntese, que o acórdão embargado seria omissivo, pois não teria enfrentado alegação acerca da falta de estrita aderência entre os precedentes veiculados na inicial e o caso concreto.

Por fim, requer o acolhimento dos embargos, com efeitos

RCL 64445 AGR-ED / SP

modificativos, para que seja julgada improcedente a reclamação.

É o relatório.

01/07/2024

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 64.445 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Inicialmente, ressalto que os embargos de declaração são cabíveis para sanar a ocorrência de obscuridade, contradição e omissão, bem como para corrigir eventual erro material (art. 1.022 do CPC). No presente caso, não se verifica nenhuma dessas hipóteses.

Registre-se que os embargos de declaração não constituem meio processual cabível para reforma do julgado, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, não vislumbradas no presente caso.

No tocante à alegada ausência de aderência estrita entre o caso dos autos e os precedentes de observância obrigatória, reitero que o cerne da discussão da ADPF 324, assim como das outras ADIs sobre o tema, não se restringiu aos casos de terceirização ou pejetização, mas, sim, sobre as **inúmeras formas de realização e organização do trabalho previstas em lei e a liberdade de contratação.**

Assim, o acórdão trabalhista, ao desconsiderar a possibilidade de contratação com base no que foi acordado entre as partes, plenamente capazes de decidir sobre a forma de fazê-lo, viola o que foi decidido no julgamento conjunto da ADPF 324 e do RE-RG 958.252, Rel. Min. Luiz Fux.

Nesse ponto, é importante assinalar que, por ocasião do julgamento da ADPF 324, apontei que o órgão máximo da Justiça especializada (TST) tem colocado sérios entraves a opções políticas chanceladas pelo Executivo e pelo Legislativo.

Ao fim e ao cabo, a engenharia social que a Justiça do Trabalho tem pretendido realizar não passa de uma tentativa inócua de frustrar a evolução dos meios de produção, os quais têm sido acompanhados por evoluções legislativas nessa matéria.

RCL 64445 AGR-ED / SP

Dessa forma, os únicos produtos da aplicação da então questionada Súmula 331/TST, no contexto da distinção entre atividade-meio e atividade-fim, mostrou-se ser a insegurança jurídica e o embate institucional entre um tribunal superior e o poder político, ambos resultados que não contribuem em nada para os avanços econômicos e sociais de que precisamos.

Registrei, ainda, que o que se observa no contexto global é uma ênfase na **flexibilização das normas trabalhistas**. Com efeito, **se a Constituição Federal não impõe um modelo específico de produção, não faz qualquer sentido manter as amarras de um modelo verticalizado, fordista, na contramão de um movimento global de descentralização**.

Não foi outro o entendimento assentado no voto condutor do tema 725, Rel. Min. Luiz Fux, segundo o qual os valores constitucionais do trabalho e da livre-iniciativa são intrinsecamente conectados, em uma relação dialógica que impede seja rotulada determinada providência como maximizadora de apenas um desses princípios, porquanto **é essencial para o progresso dos trabalhadores brasileiros a liberdade de organização produtiva dos cidadãos, entendida essa como balizamento do poder regulatório para evitar intervenções na dinâmica da economia incompatíveis com os postulados da proporcionalidade e da razoabilidade**.

Assim, tendo em vista o entendimento firmado no julgamento da ADPF 324, conclui-se que, do mesmo modo que, via de regra, não se configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da empresa contratada na terceirização, também não há como se reconhecer, no caso, o vínculo empregatício entre o trabalhador autônomo contratado para prestação de serviços (diretor estatutário) e a empresa reclamante.

Por fim, entendo que deve ser levado em consideração o grau de vulnerabilidade do prestador de serviços, na ocasião da contratação. Se ficar demonstrado que não se trata de trabalhador hipossuficiente, o qual seja capaz de fazer uma escolha esclarecida sobre sua contratação, bem como inexistente elemento concreto que demonstre coação no ajuste

RCL 64445 AGR-ED / SP

celebrado, deve ser privilegiada a liberdade da contratação, não havendo que se falar em vínculo empregatício.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

“AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324/DF E NO RE 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. FUNÇÕES DE GERÊNCIA. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, entendeu ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de formas alternativas à relação de emprego na contratação e prestação de serviços. II – Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725/RG. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido.” (Rcl 67.327 AgR, Rel. Min. CRISTIANO ZANIN, Primeira Turma, DJe 10.6.2024; grifo nosso);

“DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVOS INTERNOS EM RECLAMAÇÃO. OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE PRODUÇÃO E TRABALHO. 1. Agravos internos interpostos contra decisão monocrática que acolhera o pedido formulado na reclamação, para cassar decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu a existência de relação de emprego entre as partes. Reclamação que se baseia no descumprimento da tese fixada na ADPF 324, sob minha relatoria, além da ADC 48, sob minha relatoria, e da ADI 5.625, Rel. Min. Nunes Marques. 2. Aderência da reclamação aos paradigmas. Esta Corte tem decidido que as teses fixadas nos precedentes mencionados não se limitam a

RCL 64445 AGR-ED / SP

fixar a licitude da terceirização, mas, em sentido mais amplo, definem a legalidade de outros vínculos de trabalho diversos do celetista. Por esse prisma, a reclamação cumpre o requisito de aderência aos precedentes alegadamente violados. 4. Desnecessidade de revolvimento de matéria fática. A decisão agravada firmou-se nos critérios jurídicos fixados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a configuração legítima de outras formas de relação de emprego, não implicando revolvimento da matéria fática-probatória. 5. Violação efetiva das teses jurídicas do STF. Ao desconsiderar a possibilidade de outra forma de relação de trabalho, a partir de uma diferenciação entre a atividade-meio e a atividade-fim da empresa, a Corte de origem descumpriu o que foi decidido pelo STF nos precedentes. O contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho, pois um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. 6. **Outras relações de trabalho, portanto, podem ser admitidas no ordenamento (como, p. ex., contratos de terceirização de mão de obra, parceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica - pejetização), desde que o vínculo seja real, sem fraude à lei trabalhista. No caso, não se trata de trabalhador hipossuficiente, inexistindo coação, de modo que se pôde fazer uma escolha esclarecida sobre o regime de trabalho a ser exercido.** 7. Agravos internos aos quais se nega provimento.” (Rcl 58.853 AgR, Rel. Min. LUÍS ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 20.10.2023; grifo nosso);

“Agravamento regimental em reclamação. Tema nº 725 da Repercussão Geral (RE nº 958.252), ADPF nº 324 e ADC nº 48. Contratos de prestação de serviços advocatícios. **Profissional autônomo. Ausência de vulnerabilidade.** Existência de aderência estrita entre o ato reclamado e os paradigmas da Corte. Agravamento regimental não provido. 1. Decisão agravada

RCL 64445 AGR-ED / SP

proferida, nos limites necessários ao deslinde da controvérsia, com paradigma na ratio firmada pelo Plenário de que ‘o princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente (CF/1988, art. 170). A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/1988, art. 7º). Precedente: ADPF 524, Rel. Min. Luís Roberto Barroso’ (ADC nº 48, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, DJe de 19/5/20). 2. Agravo regimental não provido.” (Rcl 64.881 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe 20.5.2024).

No ponto, destaco que, no caso dos autos, o ora embargante foi contratado como diretor estatutário da empresa embargada, em maio de 2018, tendo sido dispensado em 10.10.2019, quando seu salário mensal era de R\$ 44.922,00. Ademais, não restou comprovada a existência de coação na contratação.

Sendo assim, diante da ausência de vulnerabilidade do embargante, verifica-se que a autoridade reclamada, ao reconhecer vínculo empregatício direto entre as partes viola o entendimento firmado na ADPF 324.

Ante o exposto, inexistente omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão embargado, **rejeito** os embargos de declaração.

É como voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 64.445

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

EMBTE.(S) : ADILSON BATTAGIN JUNIOR

ADV.(A/S) : JEFFERSON MORAIS DOS SANTOS JUNIOR (186558/SP)

EMBDO.(A/S) : CELISTICS BARUERI TRANSPORTADORA LTDA. E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : RICARDO SOUZA CALCINI (246463/SP)

INTDO.(A/S) : JUÍZA DO TRABALHO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE BARUERI

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Segunda Turma, Sessão Virtual de 21.6.2024 a 28.6.2024.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Gilmar Mendes, Edson Fachin, Nunes Marques e André Mendonça.

Hannah Gevartosky
Secretária